



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

ATA

DATA: 02/06/2022

HORÁRIO: 9h30

LOCAL: Gabinete do Desembargador Délcio

PAUTA: Apresentação do Termo de Referência para possível abertura de licitação para contratação de Sistema de Energia Solar

PARTICIPANTES: Excelentíssimo Desembargador **Délcio Luis Santos** (Presidente do Subcomitê de Logística Sustentável - SLS); Sr^a. **Jéssica Fernanda Fonsêca Barker Bastos** (Coordenadora do Núcleo de Gerenciamento de Projetos - NGP); **Rommel Pinheiro Akel** (Secretário de Infraestrutura); **Ricardo Correa da Costa** (Diretor do Setor de Manutenção da SEINF); **Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho** (Secretário da SECOP); **César Gabriel Ledesma Vegas** (Estagiário do Núcleo de Gerenciamento de Projetos - NGP).

Aberta a reunião, o diretor **Ricardo Correa** relatou a demanda do Subcomitê de Sustentabilidade para o estudo e a implantação de sistema de energia solar, visando o uso de energia limpa e a redução de gastos, além de contemplar aspectos de saúde ambiental. O servidor apresentou uma comparação dos gastos com energia elétrica de 2020, 2021 e 2022, destacando o aumento nos gastos. "Atualmente, o gasto com energia elétrica apresenta-se em torno de 470 -500 mil reais por mês devido às mudanças tarifárias, indicando um aumento significativo em relação a 2020/2021". O **Des. Délcio Luis Santos** relatou que o ideal seria utilizar dados de 2019 tendo em vista o período atípico de 2020. O secretário **Rommel Pinheiro** relatou que os cálculos de contas ficam alinhados com a modalidade de contratos, sendo que o uso ou não de energia acarretará em gastos e que ainda assim de 2019 para 2020 não houve nenhuma alteração significativa. O **Des. Délcio Luis Santos** propôs a criação de uma planilha com dados que tratem desses gastos com os anos de 2019 a 2022, indicando por mês o consumo e o gasto para que se verifique de fato as mudanças em energia. O secretário **Carlos Ronaldo** relatou que a queda de gastos do período de pandemia, cerca de 30%, está gradualmente retornando ao valor anterior e complementou afirmando que esse aumento vem acompanhando das mudanças tarifárias. Além disso, o secretário comentou as outras ações que estão sendo trabalhadas além da apresentada, como é o caso da utilização de lâmpadas de LED para capital que já representa 95% do total de lâmpadas e que no interior já está em torno de 30%. Ainda no que se refere a mudanças para gastos de energia, foi citado pelo secretário a substituição das máquinas obsoletas de ar condicionado pelas Inverter, relatou que 100% das aquisições atuais são de máquinas desse tipo. O **Des. Délcio Luis Santos** comentou a necessidade de analisar os locais em que essas máquinas ainda não foram implementadas, de forma a serem priorizadas para que sejam feitas as instalações. O diretor **Ricardo Correa** comentou que as trocas são feitas de acordo com a obsolescência, como por exemplo, quando se vai reformar um setor, é feita uma análise das máquinas, pois há modelos antigos que estão com pouco uso, mas quando o rendimento é inferior ao esperado é realizada a substituição. O **Des. Délcio Luis Santos** solicitou que, quando houver reformas ou mudanças, após análise das máquinas,

é preciso que sejam supridas as unidades que estão sem máquinas modernas, aproveitando o envio para locais como no interior que podem ter necessidade maior dessa modernização. Em seguida, o **Des. Délcio Luis Santos** comentou as mudanças no prédio do Fórum Euza que trouxeram melhorias de acesso e o planejamento de como será na separação da área privativa e na criação de guarita. O secretário **Rommel Pinheiro** complementou comentando as mudanças na parte de T.I. e na parte de estrutura e que serão realizadas novas análises para melhorias de acordo com as demandas considerando ainda as mudanças de retomada de atividades pós-pandemia. O **Des. Délcio Luis Santos** comentou determinados aspectos na estrutura da sede do Fórum Euza que precisam de melhorias. Por meio de visita ao local, ele relatou que se pôde transitar pelas dependências do prédio sem necessidade de identificação. Diante dessa percepção o desembargador solicitou a aquisição de câmeras, fechaduras eletrônicas e travas, além de fechar entradas do corredor de juízes de forma a promover maior segurança. Ele complementou afirmando que seria deixado apenas uma recepção, o que otimizaria a segurança, além de possibilitar mais espaço livre. Para o seguinte assunto, o diretor **Ricardo Correa** explanou a instalação e os procedimentos para instalação de VRF, indicando que já houve cotação orçamentária e logo a concepção do projeto, sendo que esse processo será feito no segundo semestre de 2022, para que seja feito a licitação no primeiro semestre de 2023. Além disso, explicou as mudanças estruturais necessárias que ainda serão verificados, pois ainda não há contratação integrada. Quando ao funcionamento dessas máquinas, o servidor esclareceu que se trata de um inverter, mas com um grande condensador, além disso, quanto a estrutura, ele afirmou que ainda está sendo planejado para se adequar as instalações e ao ambiente. O projeto, ainda a ser realizado, segundo o servidor, deve contemplar soluções de máquinas para os aspectos do prédio, seja na disposição nas áreas interna ou externas. O funcionamento inclui a possibilidade de uma condensadora para diversas máquinas. Em seguida abordou-se aspectos ligados a contratação com a Amazonas Energia, em que a contratação de compra de energia se dá a um preço mais viável, entretanto essa possibilidade ainda esta em processo de análise de viabilidade. O **Des. Délcio Luis Santos** comentou que a procura desse tipo de contratação não é ideal visto que o CNJ não visa que os tribunais fiquem dependentes de ente privado. Quanto à compra de energia, o diretor **Ricardo Correa** comentou um benefício desse tipo de contratação, exemplificando que as empresas do distrito já migraram para mercado livre e essa migração gera uma redução de até 30%. Entretanto, o **Des. Délcio Luis Santos** explicou que, nessas empresas, a contratação ocorre de maneira diferente, havendo maior agilidade em caso de troca, mas para uma instituição como o Tribunal, a contratação é muito mais burocrática o que causaria morosidade ou atraso em caso de mudanças. Continuamente, o diretor **Ricardo Correa** fez a apresentação da proposta de sistema de energia solar, descrevendo esse sistema como uma divisão de um conjunto de placas, sendo algumas das partes componentes o string box, o inversor e o medidor. Esses sistemas se caracterizam como modulares, sendo importante a compreensão desses aspectos para aplicar na modalidade de aquisição. A estrutura do equipamento pode ser instalada em laje, campo aberto ou estacionamento. Além disso, citou que os sistemas gerais para transferências de energia são todos modulares, sendo possível comprá-los separadamente. O diretor ainda complementou com dados referentes ao espaço destinado nos prédios em que o projeto seria implementado, como no Fórum Mário Verçosa, ressaltando cuidados com a área de mata na Sede. Outras áreas disponíveis incluíram, por exemplo, o Arquivo Público, o Fórum Lúcio Fontes, o Fórum Azarias, o Fórum Henoch Reis, o Edifício Arnoldo Péres, o Fórum Euza Maria, o Edifício Garagem, o Fórum Mário Verçosa, a Sede em Itacoatiara e em Manacapuru. O diretor **Ricardo Correa** forneceu mais informações sobre aspectos do projeto de energia solar, do mapeamento de etapas prévias, como parte de um estudo preliminar. Quanto ao fornecimento e instalação de sistema de energia solar, classifica-se pelo tipo On-Grid por demanda. O fornecimento e a instalação dos itens consistiria no comissionamento, integração e ativação; por sua vez, a entrega do projeto envolve a homologação e o treinamento operacional. A ideia do projeto consiste em vários blocos, além de diversos inversores, sendo necessário o fornecimento e a instalação como uma espécie de tabela programada. As placas também possuem instruções da instalação e requerimentos técnicos. Quanto à demanda de necessidade, seria realizada uma análise de custos por edificação e, o projeto seria executado por partes, de acordo com a disponibilidade financeira. O servidor informou que enviará o projeto para análise jurídica pelo setor de compras. O **Des. Délcio Luis Santos** comentou sobre a realização do contrato, afirmando que, mesmo com a concepção do projeto e levantamento, seja encaixado na modalidade mais assertiva. O diretor **Ricardo Correa** informou que já existe uma modalidade de serviço de contrato que é semelhante a que se utiliza no interior, o que tange ao fornecimento e à instalação, sendo que ainda se informaria dados como o valor do BDI e ISS presumido. O procedimento seguinte é a formatação do projeto no SEI, repassar para o secretário **Carlos Ronaldo** para análises técnicas e cotação de preço de mercado, o servidor reafirmou que os dados prévios são estimativas (para cima) de forma a demonstrar a viabilidade do projeto. Em seguida, ele questionou os processos de trâmite de documentação. O **Des. Délcio Luis Santos** informou que o processo deve ser enviado para o Subcomitê de Logística Sustentável com a coordenadora **Jéssica Fernanda Fonsêca Barker Bastos** que, após análise do processo, repassará para ele, que finalmente encaminhará para SECOP para pesquisa de mercado e instruções do processo. O secretário **Rommel Pinheiro** questionou ao desembargador, se para esse projeto haverá a possibilidade de uso de recursos federais. O **Des. Délcio Luis Santos** informou que apenas quando o projeto estiver pronto com a organização de dados e valores. Quanto ao contrato, o diretor **Ricardo Correa** informou que, como é por demanda, é possível, em certo tempo renovar de acordo com a necessidade. Como última consideração, o **Des. Délcio Luis Santos** informou a necessidade da celeridade nesses processos, tendo em vista os

investimentos e as arrecadações que possam ser utilizados em projetos dessa natureza, citando que a economia advinda com esse processo poderá proporcionar novos investimentos em outras áreas, como melhorias de acesso a internet nas comarcas do interior. Nada mais havendo a tratar, o **Excelentíssimo Desembargador Délcio Luis Santos** agradeceu a colaboração de todos e encerrou a reunião.

Desembargador Délcio Luis Santos

Presidente do Subcomitê de Logística Sustentável - SLS

Sr^a Jéssica Fernanda Fonsêca Barker Bastos

Coordenadora do Núcleo de Gerenciamento de Projetos - NGP

Sr. Rommel Pinheiro Akel

Secretário de Infraestrutura - SEINF

Sr. Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho

Secretário de Compras, Contratos e Operações - SECOP

Ricardo Correa Da Costa

Diretor de Manutenção - SEINF

César Gabriel Ledesma Vegas
Estagiário do Núcleo de Gerenciamento de Projetos - NGP



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA FERNANDA FONSECA BARKER BASTOS, Coordenador(a)**, em 20/07/2022, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **César Gabriel Ledesma Vegas, Estagiário(a)**, em 20/07/2022, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROMMEL PINHEIRO AKEL, Secretário(a)**, em 21/07/2022, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CORREA DA COSTA, Diretor(a)**, em 22/07/2022, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RONALDO LIMA BARROCO FILHO, Diretor(a)**, em 22/07/2022, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DELICIO LUIS SANTOS, Magistrado(a)**, em 22/07/2022, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



informando o código verificador **0625912** e o código CRC **C2FCBD89**.